CONTRATO DE RATEIO Nº 059/2022

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRATI - SC E O CIMAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMNOROESTE.

O MUNICÍPIO DE IRATI, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 95.990.230/0001-51, com sede na , Rua João Beux Sobrinho nº 385, Bairro Centro, CEP sob nº 89.856-000, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Neuri Meurer, inscrito no CPF sob o nº 4**.**.**-20, residente e domiciliado no Município de IRATI – SC, doravante denominada **CONTRATANTE** e o **CIMAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMNOROESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 46.335.839/0001-81, com sede na Rua Jarbas Mendes,270, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste -SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor RAFAEL CALEFFI, brasileiro, Prefeito do Município de São Lourenço do Oeste, portador do CPF sob o nº 0**.**.**-18**,** doravante denominado CESSIONÁRIO, acordam em celebrar o presente termo de cessão de servidor, mediante as cláusulas e condições seguintes:

As partes acima identificadas pactuam o presente **CONTRATO DE RATEIO objetivando a GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS DESENVOLVIDOS PELO CONSÓRCIO**, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços transferidos, conforme Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais, bem como as seguintes avenças:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste em **RATEAR AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS** do CIMAM – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMNOROESTE, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

a) Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.
b) Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.

RAFAEL CALEFFI:02643796918 Assinado de forma digital por RAFAEL CALEFFI:02643796918 Dados: 2022.07.06 11:19:35 -03'00'

NEURI MEURER:46033963920 Assinado de forma digital por NEURI MEURER:46033963920 Dados: 2022.07.06 10:00:39 -03'00'

c) Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.
d) Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2022.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, desde que respeitadas as disposições da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DE RATEIO E PAGAMENTO

3.1. Para a execução do objeto deste Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO repassará ao CIMAM, a título de **taxa de ingresso**, conforme definido em assembleia realizada em 20/05/2022 e registrado sob ata nº 002/2022, para municípios que tiverem de 10.001 (dez mil e um) até 20.000 (vinte mil) habitantes; IV - no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Parcela	**Vencimento/Pagamento até**	**Repasse único R$**
1ª	10/07/2022	R$ 5.000,00
REPASSE TOTAL TAXA INGRESSO		**R$ 5.000,00**

3.2. Os valores serão depositados em conta específica do CIMAM: Banco: 001 – Banco do Brasil, Agência 8563-4, Conta corrente 658-0.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. O preço estabelecido será irreajustável durante a vigência do contrato.

RAFAEL CALEFFI:02643796918 Assinado de forma digital por RAFAEL CALEFFI:02643796918 Dados: 2022.07.06 11:19:51 -03'00'

NEURI MEURER:46033963920 Assinado de forma digital por NEURI MEURER:46033963920 Dados: 2022.07.06 10:01:03 -03'00'

CLAUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a RESOLUÇÃO Nº001/2022, que estimou a receita e fixou a despesa CIMAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMNOROESTE, PARA O EXERCÍCIO 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Despesa	**Complemento**	**Especificação**	**Valor Anual (R$)**	**(%)**
1	3.1.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Pessoal	427,27	8,55%
2	3.3.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Manutenção	4.000,00	80,00%
3	4.4.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Investimento	572,73	11,45%
TOTAL			**R$ 5.000,00**	**100%**

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

7.1. São obrigações do CIMAM:

7.1.1. Acompanhar e controlar a qualidade técnica dos serviços prestados durante todo o processo, através de relatórios das atividades;

RAFAEL CALEFFI:02643796918 Assinado de forma digital por RAFAEL CALEFFI:02643796918 Dados: 2022.07.06 11:20:12 -03'00'

NEURI MEURER:46033963920 Assinado de forma digital por NEURI MEURER:46033963920 Dados: 2022.07.06 10:01:22 -03'00'

7.1.2. Fornecer o recibo do valor pago pelo Município.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1. São obrigações do Município:

8.1.1. Acompanhar os serviços oferecidos pelo Consórcio;

8.1.2. Auxiliar o Consórcio a ampliar o rol de benefícios para os consorciados;

8.1.3. Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços e/ou produtos.

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS LEGAIS

9.1. É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal n° 8.666/93.

9.2. Aplicam-se também ao presente **CONTRATO DE RATEIO** as disposições da Lei Federal n° 11.107/05, e Lei Municipal nº 1190/2022, a qual ratificou o Protocolo de Intenções e o Contrato do Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O presente contrato tem como seu fiscal o (a) Sr.(a) CARLINHO BOTTEGA, Fiscal de Contratos do Município, inscrito(a) no CPF sob o nº 7**.**.**-53, cabendo-lhe a obrigação de fiscalizar o objeto, em conformidade com a quantidade e saldo para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

RAFAEL CALEFFI:02643796918 Assinado de forma digital por RAFAEL CALEFFI:02643796918 Dados: 2022.07.06 11:20:30 -03'00'

NEURI MEURER:46033963920 Assinado de forma digital por NEURI MEURER:46033963920 Dados: 2022.07.06 10:01:39 -03'00'

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente, em (03) três vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

São Lourenço do Oeste/SC, 06 de julho de 2022.

NEURI MEURER:46033963920
Assinado de forma digital por NEURI MEURER:46033963920
Dados: 2022.07.06 10:01:58 -03'00'

MUNICÍPIO DE IRATI
NEURI MEURER
Prefeito Municipal

RAFAEL CALEFFI:02643796918
Assinado de forma digital por RAFAEL CALEFFI:02643796918
Dados: 2022.07.06 11:20:44 -03'00'

CIMAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMNOROESTE
RAFAEL CALEFFI
Presidente

TESTEMUNHAS:

SOLANGE DO AMARAL MULLER:04555828909
Assinado de forma digital por SOLANGE DO AMARAL MULLER:04555828909
Dados: 2022.07.06 11:24:10 -03'00'

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

CPF: 7**.**.**-53

Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

Procurador Geral do Município
OAB/SC nº.